



---

ÁREA TEMÁTICA: Globalização, política e cidadania

---

O Partido dos Trabalhadores em questão. Da lógica militante à lógica do poder ? O exemplo do PT na região do Distrito Federal no Brasil (1980-2000)

---

ROCHA, Daniella de Castro

Doutora em Sociologia

EHESS-Paris – Université d'Evry

daniella.decastrorocha@gmail.com

---

### Resumo

Utilizando o caso do Partido dos Trabalhadores no Distrito Federal como objeto empírico, nos interessamos pela questão das transformações qualitativas ocorridas no interior desse partido durante sua institucionalização e sua expansão na arena institucional. A partir de uma análise da evolução das modalidades de recrutamento de seus filiados e de seleção de seus candidatos, pretendemos mostrar de que forma o PT foi transformado face à « perspectiva do poder ». No âmbito dessas transformações pouco homogêneas, observa-se as tendências ao declínio do vínculo « militante », da dimensão ideológica do engajamento partidário e notadamente do peso dos recursos coletivos no funcionamento da organização. Observa-se em contrapartida uma valorização dos recursos individuais detidos pelos candidatos, assim como do peso do capital social como forma de legitimação dos líderes partidários. O material empírico que dá corpo a essa análise compreende um conjunto de 40 entrevistas realizadas com dirigentes e candidatos do PT/DF, 380 questionários realizados com os filiados escolhidos aleatoriamente (2000) e uma série de observações diretas (1999-2005).

Palavras-chave: [ clique aqui e insira até 5 palavras-chave, separadas por ponto e vírgula ]





*Daniella de Castro Rocha<sup>i</sup>*

## **« O Partido dos Trabalhadores em questão. Da lógica militante à lógica do poder ? O exemplo do PT na região do Distrito Federal no Brasil (1980-2000) »**

Após o desencadeamento de crises políticas sucessivas que o afetaram fortemente, assim como seus partidários, o Partido dos Trabalhadores é hoje alvo frequente de debates no espaço público que colocam em questão, entre outros, seu militantismo e o projeto partidário que ele pretende incarnar. De fato, a irrupção de diversos *affaires* de corrupção implicando altos dirigentes do partido e/ou do governo Lula têm dominado o debate em torno desse partido e não é difícil identificar um discurso midiático dominante que não hesita em denunciar o declínio, quando não o « fim », da « instituição PT » e em reduzi-la a um « cartel eleitoral » – permeável à corrupção tida como « intrínseca » à vida política nacional. No meio duto, a constatação nem sempre é diferente e nos deparamos igualmente com especialistas que se apressam em estabelecer o diagnóstico de uma mutação do modelo original petista. Mas, para além dos diagnósticos generalizantes, baseados em geral sobre fatos agendados pelos grandes mídias nacionais, a verdade é que se sabe muito pouco sobre as transformações concretas sofridas ou empreendidas por esse partido e seus militantes. Raras são as pesquisas científicas propriamente ditas, centradas em estudos empíricos bem fundados, que se debruçam realmente sobre as transformações recentes operadas no interior desse partido. Ora, parece-nos que as mudanças recentes do petismo<sup>ii</sup> supõem descontinuidades que podem dificilmente ser apreendidas através de diagnósticos rápidos e globalizantes. Para apreender esses processos multiformes em toda sua complexidade seria necessário justamente ultrapassar o registro generalista e observar de perto as modalidades concretas através das quais esse partido e seus militantes se transformaram efetivamente.

A experiência do Partido dos Trabalhadores na região do Distrito Federal (DF) nos oferece um terreno de pesquisa precioso para a análise das mutações recentes do militantismo petista. Esse caso nos parece ainda mais interessante na medida em que ele nos permitiu observar, a uma escala localizada<sup>iii</sup> (regional, ou bem « distrital », por tratar-se do DF), os efeitos da experiência de poder sobre as fileiras militantes do partido. Após ter exercido seu único mandato governamental (1995-1998) no DF, durante a gestão do hoje dissidente petista, Cristovam Buarque<sup>iv</sup>, o PT desenvolve uma trajetória declinante (do ponto de vista eleitoral) no espaço institucional brasileiro. No plano interno da organização partidária, a derrota nas eleições de 1998, assim como sua permanência na oposição desde então, suscitou crises diversas, como a dispersão de certos grupos internos, o « desencantamento » de certas frações do militantismo, etc. Diferentes questões podem ser levantadas a partir dessas constatações, entre elas a de saber se essa experiência limitada no poder chegou a provocar efeitos estruturais na composição desse partido, notadamente em suas condições sociológicas originais, ou bem sobre as formas de politização<sup>v</sup> de seus membros. Recolhidos alguns anos após a passagem petista pelo governo do Distrito Federal, os dados aqui analisados integram uma sociografia mais ampla do conjunto de filiados ao PT/DF descrita anteriormente<sup>vi</sup>. Referente ao início dos anos 2000, o estudo morfológico da composição petista em Brasília mostrou a pertinência de um questionamento em termos do impacto do poder sobre essa paisagem militante. Os dados empíricos indicam de fato que a passagem pelo governo do DF constitui o ponto de demarcação e de desencadeamento de um processo de múltiplas reconfigurações desse espaço partidário.

Focalizando portanto o objeto empírico constituído pelo PT/DF, nós procuramos observar como algumas dessas mudanças se operaram concretamente e, mais precisamente, nós nos interessaremos aqui pela maneira como os militantes foram afetados durante o período da ascensão do partido na arena de combates institucionais da região. Para tornar operacional a análise, nos centramos em torno de uma



questão em particular, a de observar os efeitos da « prova do poder » sobre as modalidades específicas de recrutamento do militantismo petista em Brasília.

### **1. A experiência de governo e a diversificação do recrutamento *petista* : os militantes do PT/DF à prova do poder**

Parece evidente que a experiência de poder tende a exercer efeitos não negligenciáveis sobre a dinâmica interna de um partido político. No que concerne a ascensão de um partido de oposição ao governo, além dos ajustes programáticos e de linhas de ação que esse processo fatalmente supõe, a experiência de governo gera igualmente consequências de peso junto aos atores posicionados no espaço intra-partidário. Essas consequências se exprimem entretanto de forma desigual nas diferentes fileiras partidárias e elas tendem a variar de forma significativa de acordo com o lugar ocupado pelos atores no seio do partido. No que diz respeito ao PT/DF, constatamos anteriormente (ROCHA, 2007) que em seus escalões dominantes um fenômeno de reconversão se desencadeava a partir do momento da vitória para o governo “distrital” em 1994. Inclinados desde então a desenvolver vínculos políticos estruturados por relações pessoais e fortemente personalizadas, assim como por uma lógica de coalizão muitas vezes contraditória com os princípios encarnados pela organização partidária, os dirigentes do PT/DF protagonizaram um processo de composição de uma « elite governante » distante sociologicamente das bases que ela declarava representar.

Mas além da reconversão operada nos escalões dirigentes do partido, os efeitos do processo de ascensão e de exercício do poder se repercutem em ampla escala no militantismo petista ; e eles são igualmente visíveis nas bases de filiados que dão forma ao partido. O material empírico reunido a partir da investigação realizada junto aos filiados do PT/DF nos permitiu observar em que medida as chamadas bases do PT/DF foram transformadas, ou « deformadas », durante o período governamental. Introduzindo uma análise por coorte geracional, identificamos características suscetíveis de distinguir duas gerações particulares de filiados petistas em Brasília : a dos « antigos », cuja filiação é anterior à ascensão ao governo – isto é, até 1994 –, e a dos « novos », que integraram as fileiras do PT/DF a partir de 1995. A análise por grupos geracionais introduz uma dimensão temporal capaz de diferenciar de forma significativa essas duas gerações de petistas<sup>vii</sup>. Utilizando o momento da ascensão ao governo como ponto de demarcação dos cortes, atribuímos uma importância particular aos efeitos dessa mudança de contexto, além das disposições estruturais anteriores, sobre a configuração e as reconfigurações da paisagem militante petista. Trata-se, em outros termos, de colocar em relevo a dimensão processual do militantismo (FILLIEULE, 2001), cuja dinâmica é suscetível de geral « efeitos de estrutura » sobre a composição de um partido político.

A análise por grupos geracionais permite revisitar a história partidária através dos fluxos de entrada dos filiados. De fato, a escolha desse recurso analítico repousa em um dos primeiros resultados obtidos durante nossa investigação: a constatação de que a ascensão do PT/DF ao governo da região foi acompanhada por um processo de « grande expansão » das filiações ao partido. As informações reunidas a partir dos arquivos partidários a respeito das filiações não nos permitem estabelecer uma evolução do número de filiações por ano, foi somente a partir dos dados produzidos em campo que foi possível obter uma idéia aproximativa do aumento proporcional do fluxo de entrada ao PT/DF a partir de 1995. Em relação à amostra de filiados escolhida aleatoriamente (correspondente a 2% do conjunto de inscritos no ano 2000), mais da metade dos indivíduos era formada por petistas cuja filiação datava de após 1995 (54,5%). Os filiados « antigos », inscritos entre o período da fundação do partido e o ano 1994, constituíam 45,5% do total das pessoas investigadas.

Esse dado não é anódino. A suposição de que o partido tenha, aproximadamente, « dobrado » de tamanho após sua passagem pelo governo, convida a uma análise aprofundada do impacto dessa ascensão ao poder sobre o militantismo. Esse impacto supõe especificidades que merecem ser melhor decifradas, notadamente o fato de que a expansão ocorrida após a ascensão petista ao governo tenha



ocorrido de forma privilegiada nas camadas populares da população do Distrito Federal<sup>viii</sup>. Reforçando assim nossas hipóteses de partida, esses dados sugerem que o exercício do poder (1995-1998) constitui efetivamente um ponto de demarcação de reconfigurações importantes na vida interna desse partido. *Quais* foram então, e *como* se manifestaram, os efeitos do intervalo correspondente à experiência de poder sobre a implantação petista no Distrito Federal?

A análise que segue se centrará particularmente sobre as modalidades de inscrição dos petistas brasileiros dentro do partido. A constatação de uma tendência à diversificação das modalidades de entrada no PT/DF a partir de 1995 parece indicar o desencadeamento de um processo de diversificação, pouco homogêneo, dos vínculos de interdependência criados entre o partido e seus partidários.

## **2 – Ambivalências do petismo : contextos de filiação e vínculos intra-partidários<sup>ix</sup>**

Antes de se interrogar sobre o militantismo petista e o vínculo diferencial dos atores com o partido de acordo com o período de filiação, parece necessário precisar o que nós entendemos por um « militante do PT/DF ». De maneira geral, a noção de « militante » não suscita uma definição precisa. Como já se destacou várias vezes<sup>x</sup>, ele implica, ao contrário, numerosos problemas de delimitação. Como distinguir o militante no universo variado dos filiados a um partido político ? Trata-se daquele que “toma a palavra” e encarna a “voz do partido”, ou daquele que cola cartazes ou simplesmente paga as cotizações ? Daquele que executa ou que formula plataformas políticas ? Trata-se do membro que participa às campanhas eleitorais ou daquele que frequenta as atividades partidárias com assiduidade? É possível que ele seja remunerado financeiramente ? O problema foi abordado por diferentes autores, mas não se pode dizer que haja uma definição propriamente consensual. René Mouriaux destaca que é a partir de 1930 que o vocábulo se generaliza, para ser aplicado a todo membro ativo, servindo a uma causa, dentro de uma organização, qualquer que seja ela. O autor parte dessa concepção para precisar que o substantivo militante « designa um indivíduo que luta a serviço de uma causa coletiva de maneira contínua » (Mouriaux, 1983, p. 54). Nessa perspectiva, Henry Rey e Françoise Subileau introduzem sua obra sobre militantismo socialista na França destacando que « eles [os militantes] podem ser caracterizados pela continuidade do engajamento, a participação regular às atividades do partido e a vontade de contribuir à transformação da sociedade » (REY, SUBILEAU, 1991, p. 24).

Uma definição geral do termo militante parece assim destinado à imprecisão, pois o escalonamento do grau de regularidade da participação ou do apego ao programa de atividades como indicadores de um engajamento militante ou não militante é não somente difícil de se estabelecer, como também bastante variável de um contexto organizacional, e nacional igualmente, a outro<sup>xi</sup>. Apreender o sentido variável atribuído ao termo, e a própria condição do militante, exige portanto uma abordagem capaz de contextualizá-lo no quadro concreto e específico no qual ele toma forma.

De maneira geral, a temática do militantismo partidário chamou pouca atenção dos cientistas políticos brasileiros, que tendem a privilegiar o estudo de outros aspectos do fenômeno partidário ; o papel e o lugar ocupado pelos militantes dentro do sistema partidário se constituiu habitualmente como abordagem dominante. As especificidades do militantismo partidário – seus limites sociológicos, suas condições de possibilidade – no Brasil constituem um campo ainda aberto à exploração<sup>xii</sup>. No que tange o PT, os contornos fluidos e imprecisos da noção de « militante » parece se colocar com ainda mais acuidade, visto que o « filiado petista » é de maneira geral – que se trate do ponto de vista jornalístico, intelectual, do senso comum, ou mesmo do ponto de vista que é valorizado no interior do partido – assimilado à condição de « militante ». E no entanto, o fato de se associar o conjunto dos filiados petistas à uma posição militante pode gerar mal-entendidos suscetíveis de desvirtuar uma análise sociológica. Essa « confusão » decorre em grande parte de uma visão normativa que durante muito tempo tendeu a opor o PT – enquanto partido de militantes – aos partidos tradicionais de direita, vistos como partidos instrumentais. Essa associação mais ou espontânea da filiação ao petismo a uma forma de militantismo não parece repousar sobre



fundamentos propriamente científicos. Primeiramente porque todos os estudos relativos às « bases » ou aos « militantes » desse partidos se referem a atores fortemente implicados dentro da organização partidária<sup>xiii</sup>, o que não permite, justamente, de conhecer as especificidades daqueles membros que, apesar de terem ultrapassado a etapa da filiação, se implicam pouco, ou nenhum pouco, na vida interna do partido. A problemática dos filiados não militantes constitui um ponto cego nos estudos sobre a composição do Partido dos Trabalhadores. O assunto é sistematicamente ausente na literatura especializada : a existência dos não militantes sendo « esquecida », quando não negada, e sua importância negligenciada. Entretanto, os filiados não-militantes supõem uma dimensão estrategicamente importante dentro da organização partidária e, no caso do PT/DF, o aumento quantitativo desse contingente em meados dos 1990 pode ser reveladora de um conjunto de fenômenos, tal como a implementação, da parte de alguns líderes partidários, de uma campanha não oficial de expansão do recrutamento de bases partidárias. Nós observaremos particularmente que a diversificação da composição social e política do militatismo petista ocorrida nos anos 1990 no DF é inseparável dessa campanha ampla e pouco homogênea de filiação, conduzida de forma freqüentemente dissimulada pelos líderes partidários locais.

A questão da delimitação do militatismo petista torna-se ainda mais nebulosa quando consideramos que o qualificativo petista supõe uma elasticidade remarcável : ainda que ele seja em geral utilizado para designar os militantes do PT, ele é muitas vezes mobilizado para designar um eleitorado presumidamente típico do Partido dos Trabalhadores. Assim, quando David Samuels conclui que « os petistas diferem substancialmente dos outros brasileiros », por serem « mais instruídos e politicamente conscientes do que a média [da população brasileira] » (SAMUELS, 2004, p. 222), trata-se de uma análise que pretende englobar, não somente os atores implicados dentro da organização, mas os eleitores que se « identificam » ao Partido dos Trabalhadores<sup>xiv</sup>. Partindo de uma perspectiva menos ampla, os petistas são entendidos aqui como atores inscritos concretamente nesse « meio partidário<sup>xv</sup> ». Por uma questão operacional, nós levaremos consideração unicamente os atores formalmente inscritos no partido (ativos ou não, militantes ou não), excluindo assim o universo impreciso dos atores que, mesmo colaborando com a organização, ou integrando a « área de influência » próxima a esse meio partidário, não ultrapassaram a barreira do ato de uma filiação oficial.

No que concerne precisamente os militantes do PT/DF, na impossibilidade, a partir dos dados disponíveis, de determinar um conjunto hierarquizado de motivações e de práticas escalando níveis diferenciados de militatismo, adotaremos uma definição minimalista do fenômeno militante dentro desse partido. Assim, sob essa designação serão considerados os atores, que além do fato de se filiarem, desenvolvem ou ao menos desenvolveram<sup>xvi</sup> um mínimo de participação em termos de atividades partidárias, seja enquanto militante de base, seja como liderança. O peso da « adesão ao projeto partidário », do « desejo de transformação » ou do « serviço a uma causa » não é, voluntariamente, levado em conta nessa definição operacional do militatismo. Igualmente, nós não consideraremos o sentido variável atribuído pelos atores ao engajamento partidário como critério de definição do engajamento. Esses motores subjetivos do militatismo – cuja importância é inegável, mas que os limites próprios à investigação de ampla escala realizada junto à amostra dos filiados não permitiriam de apreender em toda sua complexidade<sup>xvii</sup> – serão deixados de lado na análise aqui proposta. Para tornar operacional a variável « participação mínima à vida partidária » como ponto de delimitação do militatismo petista no DF, o indicador escolhido foi o fato de integrar (no momento da investigação) ou já ter integrado, um núcleo de base (NB) do partido ; a « assistência aos encontros oficiais » tendo sido descartada como referência de militatismo. Esse ponto merece aliás alguns esclarecimentos. A escolha da participação ao núcleo, e não das convenções<sup>xviii</sup> partidárias, como indicador do engajamento dos filiados se justifica em razão de algumas constatações estabelecidas durante a pesquisa. Por um lado, no que se refere à participação aos encontros regionais, deve-se salientar que essas atividades reuniam somente « delegados » eleitos em assembleias durante as convenções anteriores, o que não permitiria incluir na análise os « militantes de base » propriamente ditos. Por outro, mesmo que os encontros oficiais do partido constituam os momentos de consagração por excelência da vida militante e que 67% dos filiados investigados tenham declarado ter



assistido aos encontros zonais, a experiência em campo revelou que vários desses atores que declaram ter participado de tais encontros, correspondiam factualmente a meros « votantes » nas eleições internas realizadas nessas ocasiões, sem que isso implicasse uma forma qualquer de participação aos debates, de adesão aos grupos internos ou aos programas do partido<sup>xix</sup>. Dito de outra forma, em termos práticos, a assiduidade às convenções zonais não pode ser completamente assimilável a um engajamento participativo na organização (e ainda menos à adesão à causa partidária). Ela esconde, ao contrário, certas situações observadas durante a pesquisa – e nós mostraremos mais adiante – onde o voto de atores sem nenhuma conexão com a organização é instrumentalizado por líderes locais à procura de maior peso nas esferas de direção.

A adoção do critério « participação aos núcleos » restringe o nível de participação militante – no passado ou no momento da investigação – a menos da metade da amostra estudada. Mais precisamente, os atores que consideramos como militantes se limitam a 43% da amostra. Um dado que relativiza as idéias pré-concebidas que associam sistematicamente filiação petista a um engajamento militante efetivo. Uma análise mais minuciosa desses indicadores, por meio de uma correlação com as variáveis « período de adesão » e « engajamento nos NB », revela além disso uma diferença significativa na proporção de não militantes nas duas gerações de filiados pesquisadas : enquanto na « antiga » geração petista, os não-militantes representam 43,9% dos aderentes, na « nova » geração eles são 68,1% a não terem jamais desenvolvido uma participação militante efetiva.

**Tabela 1 – Participação dos filiados aos núcleos de base petistas, segundo o período de filiação ao PT**

Participação aos núcleos de base	Período de filiação ao PT/DF	
	Até 1994 %	A partir de 1995 %
Jamais	43,9	68,1
Sim, antes	37,0	13,7
Sim, atualmente	19,1	18,1
Total	100,0	100,0

Fonte : Base de dados estabelecida a partir da pesquisa por questionários, D. Rocha, 2000.

Esses resultados da pesquisa por questionários permitiram confirmar algumas observações realizadas durante o trabalho etnográfico : o fato de que atores verdadeiramente engajados na vida interna do partido (que participam de reuniões locais, implicados nos debates realizados durante as convenções zonais, etc.) correspondiam majoritariamente a petistas da « antiga » geração. Essa constatação sido feita, somos levados a reenquadrar o fenômeno da expansão do PT/DF a partir de 1995, destacando que o aumento do fluxo de adesões não pode ser traduzido por uma verdadeira expansão do militantismo petista nessa região.

A ausência de engajamento militante por parte de quase 70% dos novos filiados sugere uma modificação do perfil político dos filiados petistas e uma diversificação dos vínculos de adesão desses atores à organização após a chegada do PT/DF no governo distrital. Afim de apreender a variedade dos vínculos mantidos por esses atores com o partido, nós nos interessamos ao « contexto de filiação » desses atores, que se revelou uma questão primordial para compreender as lógicas paradoxais da filiação ao PT, e mais particularmente as condições nas quais diversos atores *a priori* « não interessados » politicamente (no



sentido weberiano) se filiaram a esse partido. Nosso interesse pelo processo « imediato » da adesão repousa sobre a idéia de que o contexto no qual ocorrem as filiações serve de indicador do « vínculo original » de cada ator com o partido. Nesse mesmo sentido, supomos que, mesmo se o militância é uma atividade dinâmica em permanente reconstrução, suscetível a mudanças diversas ao longo do ciclo de engajamento, esse vínculo original tende a desenvolver um peso estruturante nas formas de pertencimento atualizadas pelos atores no interior da organização.

Quatro formas principais de filiação ao PT/DF foram assim distinguidas: (a) filiação por vínculos político-coletivos; (b) filiação por vínculos político-individuais; (c) filiação por vínculos pessoais-privados; e finalmente (d) filiação por « obrigação » ou imposição<sup>xx</sup>. Essa tipologia negligencia sem dúvida os « motivos »<sup>xxi</sup> simbólicos da filiação individual, em proveito das condições objetivas do contexto « imediato » no qual o ator é conduzido à filiação<sup>xxii</sup>. O roteiro de questões apresentado aos filiados privilegiou os « aspectos objetivos » da filiação (pessoas, grupos e situações por intermédio dos quais esses atores se aproximaram do PT) em detrimento dos motivos ou motivações subjetivas que podem condicionar esses processos. A aplicação de questionários não nos permitia apreender adequadamente as interpretações e reinterpretações subjetivas fornecidas pelos atores para justificar suas escolhas de adesão ao partido. Ora, os « motivos » declarados durante a aplicação de um questionário estão longe de traduzir as motivações reais suscetíveis de intervir no momento de uma filiação partidária. A apreensão adequada desses motivos só nos parece efetivamente possível quando no âmbito de uma abordagem mais qualitativa (por meio de entrevistas abertas e repetidas), centradas por exemplo em torno de histórias de vida<sup>xxiii</sup>.

Se os dados obtidos ao longo da investigação por questionários não permitem aprofundar a análise da dimensão subjetiva das « razões da filiação » ao PT/DF, eles têm o mérito de fornecer um retrato bastante amplo dos contextos objetivos típicos que conduziram à conversão desses atores sociais ao petismo.

Os dois primeiros contextos-tipo de filiação, por vínculos político-coletivos e político-individuais, têm em comum o fato de surgirem e tomarem forma nos espaços relacionais constituídos pelas redes de sociabilidade próximas ao PT. Entretanto, a filiação por vínculos político-coletivos e a filiação por vínculos político-individuais repousam sobre práticas políticas bastante díspares. O primeiro tipo de filiação é assim característico dos atores cujas estratégias de adesão e a escolha pela filiação se modelam no *continuum* de práticas militantes desenvolvidas dentro das redes militantes contíguas ao PT. A aproximação « política » do futuro filiado aos grupos ou atores individuais posicionados nas redes iniciais e dentro do PT é portanto o vetor por excelência do processo de filiação. Mesmo se a intervenção de atores individuais na « tomada de contato » (ou contato inicial ?) dos futuros filiados com o meio petista tende a exercer um papel importante nesse processo, a dimensão coletiva do vínculo a redes políticas anteriores aparece como a condição essencial da filiação. Os atores que efetuaram esse tipo de filiação (50,4% do total de investigados, tabela 2) parecem estar inscritos na mais convencional das *démarches* de politização dos petistas : nas redes militantes (sindicatos, movimentos populares, etc.) e nos círculos de sociabilidade formais e informais (de amigos, colegas de trabalho, de escola, etc.) que lhe são sub-jacentes, os futuros petistas iniciaram, ou deram continuidade, a uma certa socialização política que favoreceu a aproximação e os levou a frequentar o meio petista. Informalmente em um primeiro momento, esses futuros filiados se familiarizaram progressivamente com o petismo no âmbito das unidades de base partidárias (núcleos de base ou tendências internas, sobretudo) ; um processo que culmina então com a inscrição formal ao partido. Nós constatamos, entre outros aspectos, que trata-se aqui da *démarche*-tipo adotada pelos « filiados militantes » (que eles sejam militantes regulares, intermitentes ou mesmo ex-militantes). Salientemos todavia que, evidentemente nem todos os atores que aderiram ao petismo por essa via chegam necessariamente a se converter plenamente à condição militante. Alguns deles, apesar de disporem de uma trajetória militante anterior, mantiveram uma posição de simples filiado no âmbito do PT, sem jamais ter participado efetivamente da vida interna desse partido.





A filiação por « vínculos político-individuais » se concretiza igualmente a partir da frequência de redes de sociabilidades contíguas ao PT. Ela se caracteriza entretanto pelo estabelecimento de relações políticas essencialmente personalizadas entre os futuros filiados e petistas mais ou menos « estabelecidos<sup>xxiv</sup> », mais ou menos em posição de liderança. A politização petista pode nesses casos repousar sobre táticas de cooptação da parte de um líder, sem necessariamente excluir a dimensão estratégica – no sentido simplesmente da busca de vantagens – do ato do futuro filiado. Em contrapartida, o componente militante – em termos de práticas militantes desenvolvidas anteriormente pelo futuro filiado – tende a ser frágil nesse tipo de contexto. Diferentemente da primeira forma típica de filiação, caracterizada pelo engajamento « prático » dos atores em redes coletivas, esses últimos filiados chegaram ao PT a partir da constituição de relações personalizadas em suas redes de sociabilidade militantes originais, onde relações de troca de créditos e débitos (sob forma de favores e serviços, sobretudo) mútuos são tecidas entre os atores. Estamos assim diante da essência do que se costuma designar como relações clientelares, que repousam em ampla medida sobre uma « confusão » entre os domínios público e privado e que dão origem a práticas patrimoniais de troca social. E parece-nos de fato que os filiados inscritos no partido por tal via tendem a desenvolver relações de clientela (troca de favores, dons ou outras formas de retribuição simbólica ou material)<sup>xxv</sup> com certos líderes (ou aspirantes a líderes) no interior do partido. Nós observamos, aliás, que a maior parte dos petistas que adotaram esse tipo de *démarche* se filiaram em 1995, após a ascensão do partido ao governo do DF. Eles estão concentrados nas regiões desfavorecidas do Distrito Federal e eles correspondem a 30,2% do conjunto da população estudada. A distância entre as duas gerações de filiados é particularmente importante nesse caso, pois eles representam somente 10,4% dos membros antigos e correspondem perto da metade dos filiados da nova geração (47,1%).

Quantitativamente menos representativa da politização petista – e entretanto reveladores da variedade de situações passíveis de fundar ao vínculo dos filiados ao PT/DF – dois outros contextos-tipo de filiação foram evidenciados ao longo da pesquisa. A filiação por « vínculos pessoais-privados » aparece assim como fruto de *démarches* realizadas graças à mediação direta ou indireta de atores partidários pessoalmente ligados aos futuros filiados. Nessa modalidade-tipo de filiação, estão inscritos notadamente os exemplos encontrados durante a « situação de pesquisa<sup>xxvi</sup> » de atores cuja entrada no partido era justificada pelo fato de « dar apoio » (retomando as categorias autóctones) a um ente próximo : por exemplo, as mães que se filiaram sob demanda do(a) filho(a) ou ainda de esposos que se inscreveram ao partido por « solidariedade » aos cônjuges. Nos encontramos aqui face à uma lógica de adesão essencialmente privada, onde a proximidade pessoal a um petista constitui o vetor primordial da filiação<sup>xxvii</sup> e que concerne 12,7% do total de filiados investigados.

O desenvolvimento desse terceiro contexto-tipo de filiação objetiva de certa forma o fenômeno da transposição dos círculos de relações pessoais dos atores partidários no interior da organização. A pequena variação da evolução desse tipo de adesão no que tange as duas gerações de filiados – 13,3% dos filiados da antiga geração e 12,3% da nova geração – mostra que, menos do que uma tendência recente, trata-se de um fenômeno transversal à história do partido. Nesse sentido, menos do que um fenômeno novo ligado às tendências supostamente gerais de declínio dos componentes « políticos » do militantismo e de consolidação de redes pessoais, a filiação por vínculos familiares ou de amizade parece constituir uma dinâmica original e estruturante da implantação petista no DF.

**Tabela 2 – O contexto de filiação dos petistas, segundo o período de filiação ao PT/DF**

Contexto de filiação		Período de filiação ao PT/DF		Total
		Até 1994	A partir de 1995	
Vínculo político-coletivo	%	72,8%	31,4%	50,4%
Vínculo político-pessoal	%	10,4%	47,1%	30,2%
Vínculo familiar-amizade	%	13,3%	12,3%	12,7%
Imposição	%		7,8%	4,2%
Outros	%	3,5%	1,5%	2,4%
<b>Total</b>	<b>Efetivos</b>	173	204	377
	%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte : Base de dados estabelecida a partir da pesquisa por questionários, D. Rocha, 2000.

Observando-se o nível de participação às atividades partidárias dos atores que acessaram ao PT por essa via, somos tentados a concluir que o vínculo partidário ulterior permanece marcado pelas conexões familiares e/ou de amizade que lhe deram origem. Afinal, se tomamos por base a participação efetiva à vida partidária, esse tipo de vínculo se caracteriza com frequência por uma relação pouco « engajada », no sentido de um investimento participativo à organização. Nenhum dos membros da amostra que ingressaram no petismo por intermédio de círculos de sociabilidade familiares ou de amizade chegou a acessar os diretórios do partido, a maior parte deles nunca integrou os núcleos de base (68,8%), poucos fizeram parte de tendências internas (6,3%) e perto da metade deles (47,9%) nunca assistiu a uma convenção local do PT. Esses dados não excluem todavia a possibilidade – observada em certos casos – de que o vínculo partidário mantido por esses atores, inicialmente pouco « interessados » pela organização, evolua ulteriormente no sentido de um engajamento militante efetivo<sup>xxviii</sup>. Verificamos notadamente que 31,2% dos investigados originários dessa forma de filiação chegaram a participar grupos internos do partido.

É então o quarto contexto de filiação identificado durante a pesquisa que, apesar de ser o menos importante numericamente, permite observar de forma mais percutante o impacto da ascensão ao poder sobre as bases partidárias. Observada unicamente junto a filiados da nova geração, a « filiação por obrigação ou imposição » corresponde a contextos bastante específicos onde uma situação de imposição, no sentido próprio do termo<sup>xxix</sup>, exercida sobre o futuro aderente o obrigou a proceder a uma inscrição formal ao partido. Esse modo de acesso concerne essencialmente os atores que, durante a pesquisa de campo, indicaram de precisamente<sup>xxx</sup> ter sofrido pressões explícitas de superiores hierárquicos em seus locais de trabalho – sobretudo no caso de empregos sem estabilidade ligados a ramificações periféricas do aparelho administrativo do governo, nas administrações regionais – ou, na vizinhança, da parte de líderes comunitários locais. Uma outra situação igualmente ilustrativa dessa modalidade de inscrição ao partido concerne a experiência de dois filiados entrevistados que declararam não ter conhecimento do fato de serem filiados ao partido. Esses atores situados em posições socialmente desfavorecidas e que ignoravam a condição que ocupavam enquanto membros do partido, foram inscritos à revelia por líderes partidários locais em busca de ampliação de « suas » bases internas e das diferentes vantagens que derivam dessa situação (possibilidade de negociação, poder de pressão interna, etc.). Fazendo uso da autoridade extirpada das posições (inéditas) de poder dentro da administração petista – e de seu poder efetivo na atribuição de



postos subalternos – líderes partidários locais arregimentaram, sob pressão explícita, « recrutas » particularmente « destinados » à obediência. Trata-se de uma modalidade de filiação inteiramente associada à posição do partido na situação de governo no DF e ela ilustra com acuidade a repercussões (ou os « efeitos perversos ») do exercício do poder sobre a composição da organização partidária. De fato, a totalidade das inscrições ao partido realizadas em contextos de imposição ou obrigação ocorreram durante o mandato de Cristovam Buarque no governo do DF. Inaugurada durante a experiência governamental, esse novo tipo de filiação ao PT/DF – que não pode ser assimilada a uma tendência generalizada ou dominante do petismo brasileiro, ela representa 4,2% dos casos investigados no ano 2000 – se desenvolveu de forma bastante localizada territorialmente. Longe de se exprimir no conjunto da configuração partidária, os filiados que acessaram o partido nesse tipo de contexto se concentram nas partes periféricas da região, particularmente em regiões administrativas desfavorecidas e onde o PT tinha frágil implantação.

Os dados recolhidos permitem estabelecer uma relação significativa entre o contexto de filiação dos petistas e o vínculo partidário que eles atualizaram em seguida dentro da organização. De fato, partindo desses quatro contextos-tipo de filiação, formas diferenciadas de vínculos dos atores com a organização se delineiam. Nos deparamos tanto com filiados ativos quanto inativos, « filiados clientes » quanto militantes regulares ou « intermitentes », militantes de base quanto « estabelecidos » nas esferas dirigentes. Sem pretender esquematizar a variedade de filiados existentes no espaço petista<sup>xxxii</sup> e recair em um escalonamento infinito de níveis de militâncias (com os riscos de reducionismo que toda esquematização supõe) ao colocarmos em evidência essas quatro formas matriciais de filiação, queremos simplesmente destacar a coexistência no interior do PT/DF de atores com características políticas díspares – alguns mais « interessados » politicamente, outros menos, outros nenhum pouco – e suscetíveis de atualizar formas de pertencimento diversificadas em relação à organização.

Medida através do nível de participação às instâncias e atividades do partido, o vínculo partidário tende a ser mais importante quando se trata dos atores introduzidos na organização pela via político-coletiva e menos significativo junto aos filiados ingressos pelas modalidades político-individual, privada-pessoal ou por imposição. Ainda que essa associação não possa ser estabelecida de forma automática, há uma maior propensão dos filiados originários de redes coletivas a integrarem os núcleos de base e as correntes internas do partido ; o que se pode observar nas tabelas que seguem.

**Tabela 3 – Participação dos filiados aos núcleos de base petistas, segundo o contexto de filiação ao PT**

Participação aos núcleos de base		Contexto de filiação ao PT					Total
		Vínculo político-coletivo	Vínculo político-pessoal	Vínculo familiar-amizade	Imposição	Outros	
Jamais	%	40,5%	73,7%	68,8%	87,5%	77,8%	57,0%
Sim, antes	%	37,9%	9,6%	14,6%	6,3%	11,1%	24,4%
Sim, atualmente	%	21,6%	16,7%	16,7%	6,3%	11,1%	18,6%
Total	Efetivos	190	114	48	16	9	377
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte : Base de dados estabelecida a partir da pesquisa por questionários, D. Rocha, 2000.

**Tabela 4 – Adesão dos filiados às correntes internas, segundo o contexto de filiação ao PT**

Participação às tendências		Contexto de filiação ao PT					Total
		Vínculo político-coletivo	Vínculo político-pessoal	Vínculo familiar-amizade	Imposição	Outros	
Não	%	70,5%	90,4%	93,8%	93,8%	88,9%	80,9%
Sim, atualmente	%	28,9%	8,8%	6,3%	6,3%	11,1%	18,6%
Sim, antes	%	,5%	,9%	NR	NR	NR	,5%
Total	Efetivos	190	114	48	16	9	377
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte : Base de dados estabelecida a partir da pesquisa por questionários, D. Rocha, 2000.

Retendo então a participação aos núcleos de base e a adesão às correntes internas como indicadores primordiais do investimento militante dos petistas, confirma-se o que havia sido dito mais cedo a propósito da via « político-coletiva » como modo de entrada privilegiado entre os « filiados militantes ». Com efeito, de forma bastante geral, os atores que, após a filiação realizaram uma conversão efetiva (e prática) à condição de militante, entraram no partido no prolongamento de um engajamento coletivo anterior no seio de outras redes militantes. Aliás, diferentemente dos filiados-militantes que se encontram concentrados na modalidade de entrada « vínculo político-coletivo », os filiados não-militantes (declarando não ter nunca participado das instâncias de base do PT) em geral entraram no partido por vias outras que o engajamento em redes coletivas anteriores. A tabela 4 coloca em evidência essa decalagem, tornando visível a fraca integração dos filiados com vínculos originários de tipo político-individual, pessoal ou de imposição dentro das correntes internas. Eles são somente 10% aproximadamente a terem se engajado concretamente em uma ou outra das diversas tendências do PT. A ampla maioria, em torno de 90%, dentre eles declararam não ter jamais assistido a uma única reunião de tendência interna do partido.

As distinções entre as duas gerações de petistas do DF se manifestam igualmente no engajamento em outros movimentos sociais. A imbricação do partido e dos atores partidários com outras redes militantes é visível nas próximas tabelas, onde observamos que ela tende a ser mais importante junto aos militantes antigos que dos novos. Essa diferença geracional no que se refere ao engajamento simultâneo é observável tanto no momento da adesão ao PT (49,4% no caso dos antigos e 27,1% no caso dos novos) quanto no ano 2000 (37,5% no caso dos antigos e 22,4% dos novos).

**Tabela 5 – Os « antigos » e os « novos » filiados do PT/DF segundo a participação aos movimentos sociais no momento da filiação ao PT\***

Participação nos movimentos sociais no momento da filiação		Filiação ao PT/DF (antes-depois governo DF)	
		Até 1994	A partir de 1995
Não	%	50,6%	72,9%
Movimento sindical	%	23,3%	10,8%
Movimento estudantil	%	11,6%	3,4%
Outros movimentos sociais	%	14,5%	12,8%
Total	Efetivos	172	203
	% Total	45,9%	54,1%

\*Dans le cas des acteurs ayant indiqué participer à plus d'un mouvement social, nous avons retenu le mouvement auquel l'acteur indiquait avoir le plus participé.  
Fonte : Base de dados estabelecida a partir da pesquisa por questionários, D. Rocha, 2000.

**Tabela 6 – Os « antigos » e os « novos » filiados do PT/DF segundo a participação aos movimentos sociais – Ano 2000**

Participação nos movimentos sociais - 2000		Adhêsion ao PT/DF (avant-après gouvernement)	
		Jusque 1994	À partir de 1995
Não	%	62,5%	77,6%
Movimento sindical	%	19,6%	9,5%
Movimento estudantil	%	4,2%	3,0%
Outros movimentos sociais	%	13,7%	10,0%
Total	Efetivos	168	201
	% Total	45,5%	54,5%

Fonte : Base de dados estabelecida a partir da pesquisa por questionários, D. Rocha, 2000.

A diferença geracional relativa à imbricação dos petistas em outras redes militantes – notadamente o fato de que os que se filiaram após a ascensão ao governo do DF são menos inseridos nos movimentos militantes paralelos – coloca em relevo o processo de declínio do multi-militantismo dentro do PT/DF. Esse processo de desengajamento dos petistas a outros movimentos sociais (observável, ainda que em proporções diferentes, nos dois grupos geracionais) sugere certas respostas às questões relativas às transformações do militantismo no PT/DF e, em última análise, às transformações do espaço petista nessa região. O recuo da implantação partidária nos movimentos sociais pode ser interpretada como sendo significativo de uma tendência à especialização de militantes inicialmente multiposicionados (BOLTANSKI, 1973), assim como da tendência à diferenciação e à autonomização do espaço petista colocadas em prática ao longo de sua institucionalização.

Antes, todavia, de se concluir demasiadamente rápido na ascendência inelutável desses processos no seio da organização, importa ressaltar que a imbricação com outros movimentos militantes da região permanece



uma característica significativa do « petismo brasileiro » (30% do total de filiados encontrados declaravam estar inseridos, no ano 2000, em movimentos sociais paralelos) e que o declínio dessa articulação afeta desigualmente o conjunto partidário. Se o recrutamento de filiados sem vínculos com movimentos sociais constitui um fenômeno generalizado dentro do PT/DF, no plano espacial entretanto sua frequência é mais importante nas regiões administrativas situadas no setor desfavorecido do que nas localidades privilegiadas economicamente. Esse fenômeno está estreitamente relacionado ao fato de que é igualmente no setor menos favorecido do ponto de vista econômico que o PT atingiu sua maior taxa de crescimento.

**Tabela 7 – Os « antigos » e os « novos » filiados do PT/DF  
segundo o setor de residência**

Setor de residência			Adhésión ao PT/DF (avant-après gouvernement)	
			Jusque 1994	À partir de 1995
	Superior	%	27,2%	12,7%
	Intermediário	%	22,5%	16,2%
	Desfavorecido	%	50,3%	71,1%
Total	Efetivos		173	204
	% Total		45,9%	54,1%

Fonte : Base de dados estabelecida a partir da pesquisa por questionários, D. Rocha, 2000.

Nos deparamos aqui com um elemento importante da análise sobre as transformações das bases petistas, pois a heterogeneidade territorial dos níveis de engajamento dos filiados nos movimentos sociais não constitui de modo algum um fenômeno isolado. Ela se articula com várias outras diferenças espaciais que caracterizaram a expansão das filiações ao PT/DF. A diversidade territorial aparece como um aspecto essencial das reconfigurações operadas na composição das bases petistas em Brasília durante a experiência do partido no governo da região. De fato, o efeito de atração exercido pelo PT/DF durante sua ascensão ao governo da região foi bastante desigual nos diferentes setores da configuração brasileira.

### Elementos conclusivos

Limitada a um período de quatro anos, a passagem pelo poder provocou entretanto efeitos estruturais na organização petista brasileira. Se não nos parece plausível avaliar se esses efeitos teriam sido mais ou menos « percutantes », mais ou menos burocratizantes, no âmbito de uma experiência de poder de longa duração, foi no entanto possível observar que a prova do poder introduzia novos componentes às lógicas de funcionamento dessa organização partidária. As características socio-políticas da implantação do PT/DF após a experiência de governo nos oferece uma leitura interessante da dupla lógica desde então sub-jacente ao recrutamento das bases petistas em Brasília : uma lógica « militante » e uma lógica « do poder » - que entendemos como sendo conjuntamente as matrizes de princípios e de disposições mais ou menos conscientes que orientam as estratégias desenvolvidas individual e coletivamente no interior do partido.

Certamente, os impactos, heteróclitos e assimétricos, de uma experiência de poder sobre um partido político podem ser estudados em diferentes escalas. No caso do PT, sabemos que sua ascensão no cenário institucional brasileiro é de maneira geral acompanhada de transformações internas importantes,



que colocam em questão tanto os atores, quanto os princípios e as lógicas que o fundaram. Nesse artigo, optou-se por observar esses efeitos em uma escala de análise reduzida, focalizada sobretudo em torno de suas consequências duráveis sobre a expansão das bases do Partido dos Trabalhadores em Brasília. De fato, as análises aqui apresentadas confirmam uma hipótese inicial, segundo a qual o militatismo petista do Distrito Federal foi fortemente transformado pela passagem do partido no espaço governamental. No bojo dessas transformações plurais destacaram-se assim certos efeitos estruturais e duráveis, no âmbito notadamente da morfologia sociológica do partido na região (objetivada pela forte expansão junto às classes populares) e dos modos de politização de seus membros.

A diversificação dos modos de adesão ao PT/DF, sob a base de vínculos partidários mais individualizados e dispersos, a ampliação dos espaços de sociabilidade que o partido compõe (privados especialmente), a amplificação de relações de poder personalistas assim como o desenvolvimento periférico de práticas clientelares difusas nas margens dos núcleos dirigentes centrais da organização constituem um conjunto de fenômenos cujo encadeamento remontam ao contexto da experiência de governo na região. Se por um lado parece razoável supor que certos desses fenômenos possam ter tomado forma anteriormente, e se mantido em estado de latência antes da ascensão ao governo, por outro a experiência de poder aparece como o fator catalisador do « encadeamento de processos »<sup>xxxii</sup> que objetivam a ascendência de uma lógica de poder (centrada tanto sobre a busca pela maximização de postos eletivos, quanto a outras formas de retribuição geradas pela ascensão ao governo) dentro desse espaço militante.

Mas se o intervalo correspondente à passagem do PT pela situação de governo aparece efetivamente como um vetor essencial das transformações desencadeadas nas bases petistas na segunda metade dos anos 90, insistimos em ressaltar que a « prova do poder » está longe de ser considerada aqui como uma variável independente e monolítica. Seria certamente impossível isolar os efeitos precisos desse contexto e nós não pretendemos explicar as transformações das bases partidárias por meio dessa única variável, excluindo a intervenção de outros fatores, relativos por exemplo às oscilações mais específicas do mercado potencial de filiados. Trata-se simplesmente de chamar a atenção para o impacto marcante da ascensão do partido ao espaço governamental sobre as formas de recrutamento às quais recorre essa organização partidária e conseqüentemente, sobre as reconfigurações de uma paisagem militante tornada, desde logo, inegavelmente mais complexa.

Uma última ressalva se impõe e merece ser levantada antes de concluirmos definitivamente a análise. Ora se nos parece agora possível concluir que o PT/DF foi efetivamente remodelado pela experiência de poder, esse processo apresenta numerosas discontinuidades e ambivalências. A intervenção de uma lógica de poder desde então decisiva, não é assimilável à irrupção de uma « cultura de governo » homogênea junto ao militatismo petista. Insistimos em lembrar, por exemplo, quanto aos dados relativos à emergência de um novo modo de recrutamento, definido sob bases clientelares, que eles correspondem a apenas 4,2% da amostra estudada. Em outras palavras, se esses dados indicam uma transformação qualitativa importante do vínculo militante dentro do PT/DF, eles se limitam a uma fração localizada e minoritária do conjunto de membros representado por esse partido. Assim, mesmo tendo constatado que o processo de expansão das filiações iniciado em 1995 era acompanhado pela introdução de modalidades de inscrição da organização fortemente individualizadas, em alguns casos clientelares, observamos igualmente que esse fenômeno se desenvolveu de forma localizada territorialmente em setores bem particulares da configuração brasileira brasileira – entre os quais aqueles mais atingidos pela precariedade social. Aliás, como já havíamos constatado, esse movimento localizado de individualização do vínculo militante no seio do PT/DF era paralelamente contido por uma certa capacidade da organização *petista* a « regenerar » os vínculos militantes<sup>xxxiii</sup> (o que se pode observar inclusive, entre outros indicadores, pela insignificante defecção militante observada na amostra estudada).

Feitas essas ressalvas, pode-se dizer que não é possível reduzir o processo de institucionalização do PT/DF em geral, e de sua passagem pelo governo do Distrito Federal em particular, com um processo de « diluição » de seu militatismo. Nossas pesquisas têm ao contrário sugerido que paralelamente à



diversificação dos enjeux partidários e dos usos plurais, frequentemente privativos, que os *petistas* fazem de seu partido, o PT/DF continua, após sua passagem pelo governo, a constituir um espaço de forte sociabilidade militante, suscetível de integrar os militantes que consagram a ele uma parte essencial de suas vidas. No início dos anos 2000 (segundo nossa amostra) um terço dos filiados ao PT/DF mantinham um engajamento em estruturas militantes paralelas, o que serve de indicador da permanência de um elemento estruturante do militantismo petista no DF : sua presença e sua, ainda considerável, articulação com diferentes círculos de sociabilidade militante da região. A prova do governo e o declínio eleitoral que o sucedeu não provocaram uma verdadeira « mutação genética » (VILAS BOAS, 2005) e tampouco uma real desagregação da forma *petista* em Brasília.

## Referências bibliográficas

- BEZERRA, Marcos O. *Em nome das 'bases'. Política, favor e dependência pessoal*. Rio de Janeiro : Relume Dumará, 2004.
- BOLTANSKI, Luc. « L'espace positionnel. Multipositionnalité des positions institutionnelles et habitus de classe », *Revue française de sociologie*, n° 1, vol. 14, 1973, pp. 3-26.
- BOURDIEU, Pierre. « Espace social et genèse des 'classes' », *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n° 52-53, 1984, pp. 3-12.
- BORGES, Antonádia. « Tanto azul quanto vermelho : sentidos e apropriações de um evento político no Distrito Federal », in HEREDIA, B. TEIXEIRA, C. et BARREIRA, I. (dir). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, pp. 217-241.
- BORGES, Antonádia. *Tempo de Brasília : etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- BRIQUET, Jean-Louis. *La tradition en mouvement. Clientélisme et politique en Corse*. Paris : Belin, 1997.
- BRIQUET, Jean-Louis, SAWICKI, Frédéric (dir). *Le clientélisme politique dans les sociétés contemporaines*. Paris : PUF, coll. Politique d'aujourd'hui, 1998.
- CÉSAR, Benedito T. *Verso, reverso e transverso: o PT e a democracia no Brasil*, tese de doutorado, Campinas : Unicamp, 1995.
- DINIZ, Eli sobre. *Voto e máquina política. Patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
- ELIAS, Norbert. *La société des individus*. Paris: Fayard, 1991a.
- ELIAS, Norbert. *Qu'est-ce que la sociologie ?*, Marseille, Éditions de l'Aube, coll. Monde en cours, 1991b.
- ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. *Logiques de l'exclusion*. Paris : Fayard : 1997.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder : formação do patronato político brasileiro*, (1958). Rio de Janeiro : Globo, 1973.
- FILLIEULE, Olivier. « Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel. Post scriptum ». *Revue Française de Science Politique*, vol. 51, n° 1-2, 2001, pp. 199-215.
- GOIRAND, Camille. « Clientélisme et politisation populaire à Rio de Janeiro », in BRIQUET, J.-L., SAWICKI, F. (dir), *Le clientélisme politique dans les sociétés contemporaines*. Paris : PUF, 1998, pp. 111-144.
- LAGROYE, Jacques. « Avant propos », in LAGROYE, J (dir). *La politisation*, Paris: Belin, 2003.
- MAUGER, Gérard. « Enquêter en milieu populaire », *Génèses*, n.6, 1991, pp.125-143.





- MÉDARD, Jean-François. « Le rapport de clientèle : du phénomène social à l'analyse politique », *Revue Française de Science Politique*, n° 1, février 1976, pp. 103-131.
- MOURIAUX, René. *Les syndicats dans la société française*. Paris : Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1983.
- PÉCHU, Cécile. « Générations militantes du droit au logement ». *Revue Française de Science Politique*, vol. 51, n° 1-2, 2001, pp. 73-105.
- REY, Henry, SUBILEAU, Françoise. *Les militants socialistes à l'épreuve du pouvoir*. Paris : Presses de la Fondation Nationale de Sciences Politiques, 1991.
- ROCHA, Daniella de Castro. *Le Parti des Travailleurs à l'épreuve du pouvoir. O PT dans le Distrito Federal au Brésil (1980-2000)*. tese de doutorado. Paris : EHESS, 2007.
- SAMUELS, David. « As bases do petismo ». *Opinião Pública*, n° 2, vol. 10, 2004, p. 222.
- SAWICKI, Frédéric. « Questions de recherche : pour une analyse locale des partis politiques ». *Politix*, n° 2, 1988, pp. 13-28.
- TRINDADE, Hégio. *Integralismo. O fascismo brasileiro na década de 30*, São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- VILAS BOAS, Marie-Hélène Sá. « Les mutations génétiques du Parti des Travailleurs à São Paulo ». *Actes du 1<sup>er</sup> Congrès du GIS/Réseau Amérique Latine*, La Rochelle, 2005.

- <sup>i</sup> Doutora em sociologia. « Attachée temporaire d'enseignement et de recherche » na Universidade de Evry (França). Pesquisadora associada ao Centro de Estudos dos Movimentos Sociais, na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris.
- <sup>ii</sup> O sentido aqui atribuído ao vocábulo « petismo » é generalista, como referência ao PT de maneira geral. O petismo não será portanto de modo algum considerado como um sistema doutrinário.
- <sup>iii</sup> Sobre as virtudes da « análise localizada » do político, ver SAWICKI, 1988.
- <sup>iv</sup> Cristovam Buarque, eleito senador pelo PT em 2002, se desfilou do partido em 2004. Ele é desde então membro do PDT, partido pelo qual concorreu como candidato à presidência da República em 2006.
- <sup>v</sup> A adoção do termo politização apóia-se na definição sociológica proposta por J. Lagroye : « formas e vias de uma conversão, aquela relativa a todo tipo práticas em atividades políticas. É essa conversão que se designa [...] *politização*. [...] a politização pode designar [igualmente] a infinita diversidade de efeitos dessa conversão sobre atores e atividades aparentemente distanciados do jogo político, estrangeiros a suas regras e seus *enjeux* » (LAGROYE, 2003, s/página).
- <sup>vi</sup> As análises propostas nesse artigo se apóiam em uma pesquisa longitudinal desenvolvida junto aos membros do PT/DF, cf. ROCHA, 2007. Os dados apresentados adiante referem-se em parte a uma investigação realizada com os filiados por meio de entrevistas diretas e questionários (n=376) ao longo do ano 2000, assim como em entrevistas abertas (n=48) realizadas de forma descontínua entre 1999 e 2006 com militantes e ex-militantes (entre os quais vários dirigentes) e em atividades de observação. De maneira geral, essa pesquisa se baseia em um princípio de complementaridade entre esses diferentes métodos de investigação, notadamente sociográfico e etnográfico.
- <sup>vii</sup> Essa abordagem se inspira no trabalho realizado por Cécile PÉCHU (2001) para estudar as formas diferenciadas de se relacionar com a organização militante desenvolvidas por três gerações distintas de militantes da associação francesa *Droit au Logement* (Direito ao Alojamento).
- <sup>viii</sup> 71,1% dos novos filiados residiam no setor desfavorecido, ver tabela 9 adiante.
- <sup>ix</sup> A noção de « vínculo (intra-)partidário » (e/ou militante) não é utilizada aqui em sua perspectiva mais restrita (da filiação formal a uma ou outra organização) mas em uma acepção ampla para designar os vínculos variáveis de interdependência mantidos pelos atores partidários entre si e com o partido.
- <sup>x</sup> Sobre a evolução do vocábulo « militante », cf. o capítulo II de MOURIAUX, 1983. Ver igualmente a introdução de REY e SUBILEAU, 1991.
- <sup>xi</sup> Assim, poderíamos por exemplo nos interrogar se o nível de « participação regular » suficiente para se « demonstrar » que um membro do PCdoB é um militante propriamente dito seria exatamente o mesmo no caso de um partido como o PFL...
- <sup>xii</sup> Nesse sentido, o trabalho de Héliog TRINDADE (1979) sobre as bases do integralismo nos anos 1930 continua a ser um exemplo excepcional. Em sua tese, o autor se interessou pela composição social, sociológica e ideológica do militante de inspiração fascista.
- <sup>xiii</sup> Normalmente os participantes das convenções partidárias, sobretudo os delegados às convenções nacionais. A esse respeito, consultar a abordagem de B. T. César (1995), assim como as pesquisas desenvolvidas pela Fundação Perseu Abramo (cf. [www.fpa.org.br](http://www.fpa.org.br)).
- <sup>xiv</sup> A análise de Samuels (2004) se apoiou em dados oficiais obtidos pela pesquisa ESEB de 2002.
- <sup>xv</sup> Sobre o uso da expressão meio partidário (*milieu partisan*), consultar SAWICKI, 1997.
- <sup>xvi</sup> Serão assim incluídos nessa delimitação os filiados que, no passado, desenvolveram uma participação militante dentro do PT, mas que, no momento da pesquisa, já não participavam das atividades partidárias. Estão igualmente reunidos nessa categoria os militantes intermitentes e os militantes regulares. Se a inclusão dos militantes (regulares e não regulares) e ex-militantes na mesma categoria de análise que os « filiados militantes » pode supor um certo viés, o procedimento nos foi entretanto útil para tornar visível uma oposição bem mais marcante na paisagem dos filiados do PT/DF : aquela entre os filiados que nunca se investiram na vida partidária e aqueles que, em diferentes momentos do ciclo de engajamento, participaram da vida interna do partido.
- <sup>xvii</sup> Apreender as motivações de ordem subjetiva suporia um estudo aprofundado da identidade dos atores, suscetível de decifrar os discursos produzidos por esses atores.
- <sup>xviii</sup> O termo convenção é empregado aqui em sua acepção ordinária ; não levaremos portanto em conta as diferenças estatutárias entre « encontro oficial » e « convenção » petistas.
- <sup>xix</sup> É importante lembrar que nessa época o programa de eleições diretas para os diretórios petistas ainda não havia sido implementado.
- <sup>xx</sup> A parte essas quatro formas matriciais da filiação ao PT/DF, a amostra revelou a existência de uma modalidade de adesão bastante atípica, onde a inscrição ao partido era apresentada como uma escolha essencialmente individual. Essa forma de filiação concerne filiados que se apresentaram « espontaneamente » nas sedes do partido para se inscreverem ; 2% das pessoas investigadas declararam ter se filiado a partir dessa modalidade, o que eles justificam geralmente por uma certa « simpatia » pelo PT. Tratava-se, em todos esses casos, de atores que declaravam não dispor de nenhum contato prévio com membros do PT/DF e que nunca participaram das atividades partidárias.
- <sup>xxi</sup> O que Olivier FILLIEULE (2001) define como sendo os *motifs*, em uma transposição das análises de Erving Goffman e Isaac Joseph, isto é a fonte subjetiva da ação, apresentada pelo ator sob uma forma coerente ao interpretar e justificar sua conduta.
- <sup>xxii</sup> Deve-se no entanto insistir que as motivações identitárias – que não serão abordadas nessa análise – são suscetíveis de intervir de maneira mais ou menos marcante em cada uma dessas formas de filiação.
- <sup>xxiii</sup> Sobre o valor heurístico desse tipo de abordagem, e das histórias (e testemunhos) de vida em particular, para apreensão das razões do engajamento individual, ler FILLIEULE, 2001.
- <sup>xxiv</sup> De acordo com o termo *established*, tal como o empregam Norbert ELIAS e John SCOTSON (1997).
- <sup>xxv</sup> A relação clientelar é habitualmente definida como a troca recíproca de bens e/ou serviços entre atores desiguais. Ela é frequentemente considerada como um resíduo de um modelo societal tradicional em sociedades que não terem concluído inteiramente os processos de modernização. Por uma visão geral da problemática, cf. por exemplo MÉDARD,

1976. Para uma abordagem mais convencional dos traços tradicionais e patrimonialistas da sociedade brasileira, ver principalmente FAORO, (1958) 1973. Ver igualmente o trabalho desenvolvido por Eli DINIZ, 1982. Para um estudo de caso a propósito da persistência de relações clientelares após a transição democrática, tendo por objeto a experiência do processo eleitoral de 1994 em setores pobres da cidade do Rio, consultar GOIRAND, 1998.

<sup>xxvi</sup> Para uma abordagem reflexiva a propósito das « situações de investigação » (*situation d'enquête*), consultar por exemplo MAUGER, 1991.

<sup>xxvii</sup> O componente pessoal pode ser fortemente presente em outras formas de filiação. Mas no caso dessa modalidade específica, é o aspecto pessoal ligado a relações privadas (fora do mundo do trabalho, do mundo político ou de outras esferas públicas) que constitui o elemento central e definidor dessa forma de filiação.

<sup>xxviii</sup> Um exemplo merece ser evocado aqui, o de Ana S., uma dona de casa domiciliada na Ceilândia, que explica sua decisão pela filiação ao PT em consequência da influência pessoal exercida por seu marido. « Ele ficava sempre insistindo pra eu me filiar ». Pouco interessada pela política inicialmente, Ana passou no entanto a assistir às reuniões de um núcleo de base após sua filiação e se investiu progressivamente na vida partidária, ao ponto de assumir, posteriormente, a coordenação de seu NB na Ceilândia. Ana, que mais tarde se engajou em uma associação comunitária local, se definia, no momento da pesquisa, como uma militante « tempo integral », o que ela afirmava destacando ao mesmo tempo que doravante era ela quem insistia para que seu marido, cada vez menos engajado, participasse das atividades militantes.

<sup>xxix</sup> É sob esse aspecto em particular que essa modalidade de filiação se distingue da filiação clientelar. Tratando-se de situações onde, de acordo com as pessoas investigadas, a obrigação da filiação é explícita sob a forma de chantagens diretas, nós preferimos analisar essas situações como uma modalidade de filiação à parte, cuja especificidade não pode ser diluída na temática do clientelismo. Essa última implica afinal uma maior complexidade das relações de dominação onde a obrigação mútua tende a ser mais implícita do que explícita e onde se supõe uma certa « cumplicidade » da parte « dominada » da relação.

<sup>xxx</sup> O fato dos entrevistados falarem explicitamente desses contextos de filiação não é dissociável do fato que o trabalho de campo tenha sido realizado após a passagem do partido pelo poder, quando os petistas « responsáveis » pelas filiações nos já não ocupavam posições de poder do governo do DF.

<sup>xxxi</sup> Por espaço petista, entendemos o « espaço social » composto pelo PT, em seu sentido bourdieusiano, isto é um espaço de relações, marcado por lutas objetivas e simbólicas. Espaço dotado de princípios de diferenciação onde as posições relativas dos atores dependem igualmente de sua posição em outras esferas do mundo social. Cf. BOURDIEU, 1984.

<sup>xxxii</sup> Segundo o sentido atribuído por Norbert ELIAS (1991a, 1991b), para quem um processo se constrói por meio de um encadeamento de mecanismos e condutas não programadas e não controláveis, que desenvolvem uma complexificação de relações sociais, onde a ação de cada indivíduo contribui parcialmente (e independentemente de sua vontade) a sua realização.

<sup>xxxiii</sup> Observamos por exemplo certos casos onde petistas da nova geração – inscritos a partir de 1995 – desprovidos de passado militante, cujo ingresso no PT se dá por vias individuais, a partir de círculos de sociabilidade principalmente privados, e nesse sentido pouco dispostos a um engajamento propriamente militante dentro do partido desenvolveram entretanto ulteriormente um engajamento prático na organização. É o que retrata o exemplo mencionado na nota n.33. Essa questão é analisada em maiores detalhes em nosso trabalho de tese, ROCHA, 2007.